

Educação é nossa prioridade - PNE JÁ, sem retrocessos

As entidades nacionais que defendem o fortalecimento da educação pública reunidas no dia 14 de fevereiro de 2014, em São Paulo, para tratar coletivamente das ações a serem tomadas frente ao adiamento da Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2014, deliberaram, por unanimidade:

- atuar conjuntamente em defesa da aprovação do projeto de lei que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) da forma como a matéria foi votada em 2012 pela Câmara dos Deputados. As entidades elegeram o PNE como pauta prioritária do movimento educacional nacional neste momento pós-adiamento da Conae/2014 e reafirmaram o posicionamento contrário ao substitutivo aprovado no fim de 2013 pelo Senado Federal, de viés claramente privatista. A palavra de ordem que nos une é PNE JÁ! e nossa luta visa garantir sua aprovação ainda no início deste ano, sem retrocessos;

- lutar pelo fortalecimento do papel do Fórum Nacional de Educação (FNE) na discussão e acompanhamento de políticas públicas para o setor. A reavaliação da representatividade e da composição do FNE já se mostrava uma necessidade antes do adiamento da Conae. No entanto, a decisão unilateral do Ministério da Educação, que feriu a autonomia do Fórum e desrespeitou as entidades que o compõem, tornou ainda mais urgente o debate. Assim, as entidades se debruçarão sobre o estudo de novos critérios de composição e sustentação administrativo-financeira, com dotação orçamentária específica, que assegurem ao FNE sua independência como órgão de Estado;

- organizar uma plenária conjunta a fim de reinserir a pauta da educação no âmbito da disputa eleitoral – pauta esta alijada do debate de 2014 pelo MEC, após o adiamento da Conae. Dessa plenária sairá um projeto educacional a ser apresentado aos candidatos à Presidência da República. O objetivo é que se firme um compromisso que garanta a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada como pauta prioritária para o desenvolvimento estratégico e sustentável do país. Além disso, é essencial a compreensão de que a educação brasileira é sistêmica, sendo, portanto, imprescindível a regulamentação da educação privada sob exigências idênticas às aplicadas à educação pública.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2014

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope

Associação Nacional de Política e Administração da Educação - Anpae

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - Forumdir

Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior - Proifes